

O Império Português na Crise do Antigo Regime: as elites políticas de Minas Gerais no contexto da independência do Brasil

The Portuguese Empire in the Crisis of the Old Regimen:
the political elites of Minas Gerais in the context of the independence of Brazil

Ana Tereza Landolfi Toledo¹

RESUMO: O presente trabalho tem por finalidade compreender a atuação das elites políticas de Minas Gerais durante o processo de descolonização do Brasil, a partir de uma análise que permita perceber a influência do momento de crise do Antigo Regime, ou seja, como o contexto influenciará as relações políticas locais. Privilegiará também as alianças políticas, o estabelecimento de redes e o protagonismo mineiro para a constituição da “gênese do Brasil independente”.

PALAVRAS-CHAVE: elites políticas; Minas Gerais; crise Antigo Regime.

ABSTRACT: This work studies the participation of Minas Gerais' political elites during the process of decolonization in Brazil by analyzing the influence of a period marked by the crisis Ancien Regime, that is, how the context swayed the local political relations. It will also emphasize the political alliances, the establishment of networks and Minas Gerais' major role for the constitution of independent Brazil.

KEYWORDS: Political elites; Minas Gerais; Ancien Regime crisis.

O limiar do século XVIII para XIX foi pautado pela crise do Antigo Regime, marcado principalmente pelas Revoluções Americana e Francesa que romperam com a então ordem política estabelecida sob o poder das dinastias europeias. Mudanças que possibilitaram uma nova forma de agir e pensar que influenciaram todo o globo. Neste sentido, o abalo que tiveram tais desdobramentos permitiram inaugurar uma nova configuração planetária no que tange a organização social, política, econômica e por essa razão não é demasiado afirmar que este período torna-se objeto de estudo instigante que tem sido explorado recentemente pelos historiadores, com novos olhares e análises que permitam compreender as dimensões

¹ Centro Educacional Professor Francisco Saldanha, CEPFS-MG. Mestre em Estudios Avanzados e Investigación em Historia España y Mundo Iberoamericano pela Universidade de Salamanca. ttlandolfi@yahoo.com.br

macro/micro do período, concatenando-as.

Desse modo, o nosso objetivo é tecer uma análise que privilegie a relação entre Portugal e a sua colônia na América, percebendo as relações políticas que se estabeleceram no período de crise do Antigo Regime. A questão é compreender a importância da dinâmica política ultramarina empregada pelo Império Português no contexto, especialmente na região das Minas Gerais – importante núcleo minerador. Privilegiamos as relações políticas entre os membros da elite mineira, apontando a sua importância política no presente contexto, bem como no desencadeamento da “origem” do Brasil independente, pensada a partir das dinâmicas desenvolvidas entre os homens bons das Minas.

Para tal, entendemos o termo *elite* como um lugar social, por uma categoria que, por determinados fatores, detém em suas mãos o poder local, como produto de uma seleção social em uma dada sociedade. Neste sentido, a noção de elite, recorrendo a Flávio Heinz, “diz respeito acima de tudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos” (HEINZ, 1998, p.7-8). Deste modo, lançamos olhar para indivíduos que, por diferentes processos, foram galgando prestígio, poder político, econômico, e, não menos importante, poder simbólico frente aos demais componentes sociais no contexto da crise do Antigo Regime em Minas Gerais.

O estudo das elites, no escopo temático do presente artigo, volta-se para a compreensão de uma fração da elite mineira, sabendo o quão diverso é este segmento social. Por esta razão, optamos por abordar as elites políticas, especificamente, os indivíduos pertencentes ao poder local que exerciam algum tipo de cargo político ou que possuíam alguma função dentro do aparelho burocrático montado em Minas Gerais nas duas primeiras décadas do século XIX.

Desse modo, optamos por analisar as elites políticas mineiras na sua dimensão coletiva, pois, o estudo das trajetórias individuais e as conexões que estes indivíduos realizaram se apresentam como um objeto de tamanha amplitude que não caberia para os fins que propõe este artigo. Neste sentido, a análise crítica do discurso se torna indispensável para este tipo de estudo, uma vez que a análise das fontes utilizadas induzem para o entendimento relativo ao uso do poder e dos domínios que relatam um dado contexto social e político, haja visto que os

discursos e sua análise crítica trabalham com as relações de poder que, para Dijk (1999, p. 23-36), são discursivas e descortinam a sociedade e a cultura da época na qual foi produzido, revelando noções de poder, domínio, hegemonia, etc. Pretendemos, dessa maneira, captar o que tem a dizer os sujeitos que se expressam, participam e atuam em situações sociais específicas, revelando muito do contexto de produção. Corrobora Dijk: “una noción central en la mayor parte del trabajo crítico sobre el discurso es la del poder, y más concretamente el poder social de grupos o instituciones (...)” (DIJK, 1999, p. 26). A análise do discurso, ao longo do presente trabalho, se empenhou na contraposição analítica intertextual entre os discursos produzidos pelos indivíduos que ocupavam posições de classes diferenciadas ligadas ao poder, ou seja, dos grupos ligados a elite política mineira, com o contexto político vivenciado por estes.

Procuramos analisar, neste sentido, a política colonial adotada por Portugal na América e como tais medidas possibilitaram a formação social, desigual, entre as diversas partes do território, especialmente a contribuição da formação da nobreza da terra, o estabelecimento de redes entre os reinóis/colonos e entre colonos/escravos. Na análise do contexto de crise do antigo Regime, dedicamos também a compreender se houve ou não alguma alteração na sociabilidade, nas práticas políticas e as relações econômicas no território português na América, bem como as singularidades da colonização posta em prática em Minas Gerais.

Em seguida, procuramos abordar a crise da mineração como fator que propulsionou a diversificação econômica e a inclusão de novos atores sociais na elite, o rearranjo entre as elites e sua diversificação por meio da aliança com o governo metropolitano.

Finalmente, privilegiamos a atuação das elites políticas mineiras no processo de independência do Brasil, analisando os embates políticos travados na época pela elite do Brasil e de Portugal, com destaque para o posicionamento das elites de Minas de Gerais e as alianças políticas firmadas, bem como o seu protagonismo político no contexto aqui tratado.

A política colonial portuguesa e o desenvolvimento do poder local: notas sobre a formação da elite na América Portuguesa

Analisar o período tardio colonial brasileiro requer um olhar mais atento na tentativa de perceber os elementos que lançaram base para o contexto de profundas mudanças que tiveram desdobramentos importantes na passagem do século XVIII para o XIX. Não há como analisar este período sem debruçar-se sobre os fatores relativos aos contornos que delineavam a política metropolitana.

O rico mosaico¹ presente na América Portuguesa relativo às diferenças socioculturais encontradas, enriquecem e, ao mesmo tempo, a torna complexa, obrigando ao bom observador tecer uma análise pormenorizada sem deixar-se levar por explicações genéricas e globalizantes. Temática interessante quando averiguamos as ações da política colonial portuguesa, que contribuíram para a complexidade local, seja no âmbito social, político e econômico. Quaisquer tentativas de categorizar realidades tão complexas não são suficientes para abarcar a época. Desta forma, o que nos interessa é compreender o panorama político e perceber que o território colonial português na América não se apresentava de forma uniforme.

Cabe ressaltar neste processo que o conquistador/colonizador tornou-se, também, o colono da terra, fator importante para o desenvolvimento da empresa colonial portuguesa. Como mostra de lealdade ao Rei, durante a conquista do território americano, os ditos “homens bons” das diferentes vilas que se erguiam sob o solo da colônia reivindicavam para si o poder local e que pudesse ser reconhecido pelo Monarca. Este, por sua vez, em retribuição, nomeava o colono como seu vassalo vinculando-o à metrópole, estreitando os laços e reafirmando o pacto político.² Desenvolveu-se assim uma espécie de “economia de privilégios”³, dinâmica preponderante na conquista e expansão do território português na América.

Percebe-se, como pontuaram os historiadores Jancsó e Pimenta (2000, p.129), que o colonizador auxiliou não apenas na expansão dos domínios do Rei de Portugal, mas apresentou-se também como um dos principais elementos responsáveis pela “reiteração ampliada de uma formação societária particular informadora dos objetivos de sua ação” (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p.136). Não obstante cabe pontuar pontuar que essa característica

se revelou como um marco no estabelecimento das identidades coletivas que se emergiam dentro do universo colonial português na América, uma vez que essas foram permeadas, em sua maioria, pela confrontação – principalmente no estabelecimento das elites locais.

Neste sentido, uma possível resposta para este panorama encontra-se, talvez, no tipo de política colonizadora empregada por Portugal, que privilegiou a incorporação de novas terras aliado a certo tipo de “diminuto controle” por parte da administração metropolitana, proporcionando um arranjo político e econômico que incentivou, de certa maneira, a formação de centros irradiadores de mando/ poder local.

Este modelo transpõe a complexidade do tipo de organização que se construiu na América Portuguesa pautada pela forte hierarquização social típica do Antigo Regime, que tiveram desdobramentos próprios no território colonial, não se apresentando como simples espelho da sociedade europeia da época. Dessa maneira, a política colonizadora posta a cabo por Portugal se desenvolveu adaptando-se as mais diferentes características locais, amalgamando: conquista, extensão, diversidade e alianças. O êxito da política metropolitana, a nosso ver, está justamente na adaptação do projeto colonizador das diferentes partes do mosaico formador da América Portuguesa, no reconhecimento da multiplicidade que cada região.

A sociedade colonial foi marcada profundamente pela forte hierarquização, digamos, desigual, mediada pelo escravismo como traço forte que delineou as relações sociais e contribuiu na diferenciação do “homem bom”, do detentor do privilégio e das mercês régias perante os demais.

Cabe ressaltar que na América Portuguesa estes indivíduos legitimavam-se por meio de um discurso sustentado por uma cultura política que procurava valorizá-los na sua condição de protagonistas na conquista ultramarina. Apesar do estabelecimento de inúmeros mecanismos jurídicos, políticos e administrativos trasladados desde Lisboa, a sociabilidade, em solo colonial, não se desenvolveu à maneira europeia, ou seja, na colônia não houve a constituição de uma “nobreza cortesã” aos moldes europeus, muito se explica pelo distinto processo histórico que proporcionou a Europa “encastelá-la” junto ao soberano.⁴

Todavia, o aparato político montado pelo governo metropolitano ao longo de três séculos demonstrava seus sinais de desgaste. A emergência de um novo reordenamento político-social se fazia presente, especialmente, pela eclosão de sedições e o emergir de atos transgressores por parte de certos colonos, principalmente dos representantes das camadas mais abastadas.

O esgarçamento do Antigo Regime deveu-se à motivos endógenos e exógenos que foram desencadeados por fatores próprios das práticas absolutistas na América portuguesa, conjuntamente, com os acontecimentos ocorridos no continente europeu. O contexto posto possibilitou às elites coloniais novas formas de pensar, questionar e relacionar-se com a política metropolitana. Devido à falta de homogeneidade das distintas partes do Reino do Brasil⁵ cada região sentiu e fez-se saber da emergência de uma nova cultura política⁶ no então território colonial.

A presença Real na América possibilitou, justamente, a aceleração da crise do Sistema Colonial português, pois, propiciou um desenvolvimento nunca visto, com a ampliação e a dinamização do comércio, a abertura dos portos às nações amigas em 1808, a assinatura dos tratados com a Inglaterra no ano de 1810, a elevação à Reino-Unido de Portugal- Brasil e Algarves em 1815, e a aclamação de D. João VI como Rei em solo brasileiro 1818, pondo fim, definitivamente, o status de colônia. Elementos que revelam a consagração da posição privilegiada do Reino do Brasil nas possessões portuguesas, agora como cabeça do Império Luso-brasileiro.

O período inaugurava a “inérita aceleração histórica no mundo luso-americano, implodindo com o próprio conceito de metrópole e metropolitanos” (SILVA, 2008, p. 190), com a qual foram sentidos os efeitos na sociabilidade na capital do Império, especialmente, pelas elites. A presença da família Real marca, de forma incisiva, a mudança da sociabilidade dentro do então território colonial e revela como as relações do tipo tradicional vão se transfigurando, dando lugar, paulatinamente, ao avanço das ideias liberais vindas da Europa.

Contudo, os marcos determinantes de 1808, 1810, 1815 e 1818, acentuaram e redefiniram a governabilidade lusa no Reino do Brasil, propiciando o desenvolvimento de

mudanças no âmbito espacial, demográfico, econômico e político, acompanhados da alteração da sociabilidade e na paulatina mudança das hierarquias sociais então estabelecidas.

Neste sentido, durante o referido contexto, as elites mineiras passavam por um processo de reordenamento socioeconômico e geográfico, percebido já no último quartel dos setecentos, principalmente, com a diminuição da produção aurífera e as primeiras tentativas de encontrar caminhos para sanar a situação, haja visto que desde o final do século o descompasso percebido e acrescido da crise já se fazia perceber na região das Minas⁷ Embora esta nova realidade possa ser sentida com mais intensidade a partir de 1808, o estabelecimento da corte no Rio de Janeiro e a adoção de uma política econômica de cunho reformista procurava atuar em prol de um fortalecimento local por meio da produção local.

Dessa maneira, as articulações feitas no âmbito econômico e político, bem como o estabelecimento de novas redes de comércio privilegiando, agora, a economia interna e regional proporcionou o aprofundamento dos contrastes entre as “microrregiões” da capitania, e o surgimento de novas formas de fazer e pensar política, resignificando as atuações no campo político e econômico.

Observamos que a experiência que Minas Gerais vivia criava condições para o robustecimento interno das elites e assinalava para o questionamento do quadro colonial. Não podemos afirmar, no entanto, que neste período havia um movimento que propusesse um rompimento definitivo com Portugal, mas o sistema colonial já não conseguia atender as demandas advindas do desenvolvimento do Reino do Brasil e a nova realidade que inaugurava a chegada incipiente do pensamento liberal; que contribuía para o questionamento da relação entre Portugal-Brasil.

A capitania de Minas Gerais que experimentava um momento de crise e a sua progressiva recuperação através da diversificação econômica, contou com a inserção de novos sujeitos na atuação política e econômica, integrando e estabelecendo outros tipos de redes voltadas para a diversidade no que tange a sua atuação.

A paulatina recuperação da crise da mineração e a sua regeneração, por meio da diversificação econômica promovida pela aliança entre as elites locais e governo metropolitano,

possibilitava a continuidade de Minas Gerais como uma das principais regiões pertencentes ao Império português, seja no âmbito econômico ou político. Tornava possível, também, que as elites mineiras permanecessem bastante atuantes na esfera política nas possessões portuguesas na América.

Entre projetos, debates e acirramentos: a atuação das elites políticas mineiras na gênese do Brasil independente

As mudanças ocorridas na virada do século XVIII para o XIX não ocorriam somente na esfera local mineira. O contexto foi permeado por grandes manobras políticas que mudaram os rumos da relação entre o Reino do Brasil e a Nação Portuguesa, com grande participação das elites mineiras no desencadeamento do processo.

A permanência do Monarca português na América, após a paz restabelecida na Europa pela queda de Napoleão, desencadeava uma série de questionamentos por parte dos portugueses quanto ao não regresso de D. João VI.

Os portugueses sentiam-se lesados com a permanência do Rei no Brasil sem uma justificativa aparente para tal, pois o contexto já era distinto do momento da partida de d. João VI para a América, uma vez que Napoleão já havia sido destituído. Não tardou muito em eclodir o que ficou conhecido como a “Regeneração Vintista”, em 1820, que tinha como objetivo principal a substituição das práticas políticas típicas do Antigo Regime pelas medidas liberais, submetendo o Rei a uma Constituição, convertendo o Império português em uma Monarquia Constitucional. Processo que desencadeou a formação das Juntas governativas com o intuito de conciliar grupos relativos aos setores mais tradicionais com as alas progressistas ligadas ao movimento revolucionário. Representava uma maneira pacífica para solucionar o momento de crise política.

Neste sentido, propunham a convocação das Cortes Constitucionais em Lisboa, na qual seus delegados teriam como atribuição redigir uma Constituição que pudesse exaltar a soberania da Nação portuguesa e conciliar as diversas partes componentes desta, conjuntamente, exigiam a volta imediata de D. João VI e o juramento do Rei as Bases

Constitucionais. Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, chegavam as notícias dos últimos acontecimentos em Portugal, que se propagavam como pólvora pelo Reino do Brasil, - transportando as agitações políticas para a capital do Reino.

Todavia, a situação se agravou nos primeiros meses do ano de 1821, chegava de Portugal a exigência para que o Rei prestasse juramento as Bases Constitucionais, inspiradas no modelo espanhol,⁸ até a reunião das Cortes de Lisboa para a elaboração da nova Carta. Essa efervescência política vivida dos dois lados do Atlântico proporcionou a partida de d. João VI para Lisboa, em abril de 1821, assumindo como regente o príncipe herdeiro Pedro de Alcântara, que naquele momento passava a representar a autoridade Real no Reino do Brasil. Concentrava em suas mãos, na ausência do pai, amplos poderes relativos ao executivo com o apoio de um conselho.

Entre as elites políticas, tanto no Brasil quanto em Portugal, defendiam-se projetos divergentes entre si para os rumos que deveriam nortear as políticas imperiais, que, durante o período de adoção das práticas liberais, foram rivalizadas ocasionando o desgaste nas relações entre Portugal e Brasil, contribuindo para o rompimento futuro entre os dois lados do Atlântico. Interessante observar que este desligamento não significou grandes mudanças no território do Brasil, uma vez que houve a continuidade das bases políticas de antes ancoradas na Monarquia Constitucional com a permanência da Dinastia Bragança no comando do proclamado Império do Brasil. Inferimos que, se não fosse o apoio e a aliança estabelecida entre o príncipe regente com determinadas elites locais; Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, possivelmente D. Pedro não seria aclamado como Imperador do Brasil.

Essas elites políticas não eram homogêneas e tampouco gozavam de uma aliança sólida entre as mesmas ou compartilhavam de uma mesma identidade. Importante frisar a existência de uma ligação local e não regional. Podemos pontuar, neste contexto, a existência de uma elite pernambucana, paulista, carioca, mineira, etc, ou seja, elites regionais que agiam em prol das suas necessidades e ambições. Por ocasião das Cortes de Lisboa a união dessas elites foi posta a cabo numa situação em que as mesmas se viam coagidas pelos discursos dos deputados portugueses, num ato de mútua defesa na tentativa de manter os ganhos adquiridos ao longo da

estadia do Rei no Rio de Janeiro.⁹

Em 30 de junho de 1821, d. Manoel de Portugal e Castro,¹⁰ em correspondência enviada à Secretaria do Estado dos Negócios do Reino, deixava transparecer a sua consternação com a possível situação que poderia se instalar em Vila Rica por conta do juramento do Rei às Bases Constitucionais. Este acontecimento, para o governador, se apresentava como uma situação nova com a qual não se sabia a dimensão que este ato poderia alcançar entre os súditos de Minas Gerais. Dessa maneira, o governador propõe a formação, o quanto antes, de um governo provisório para que “tudo se fizesse em socego, e sem perturbação popular”.¹¹

O receio e a insegurança dos novos tempos, acompanhados por mudanças políticas, traziam incertezas e temores aos rumos que o Reino do Brasil poderia seguir. A introdução das práticas liberais poderia, aos olhos das elites políticas mineiras, sair do controle e promover grupos que não pertencessem ao topo da hierarquia social.

Neste sentido, percebe-se a preocupação das elites de Minas Gerais em participar da condução do processo, assegurando o seu desenvolvimento de forma pacífica evitando possíveis sublevações populares, discursos inflamados que pudessem colocar em risco a hegemonia do grupo que estava no poder. A questão da mudança política, referente à substituição das práticas do Antigo Regime para a instituição de um governo constitucional, causava certa desconfiança e despertava dúvidas de como essa alteração poderia abalar as estruturas políticas postas a cabo pelas elites políticas mineiras. O temor era grande e a necessidade de se resguardar, maior:

O Governo Provisional, tendo dado conta a Vossa majestade de mais que tem feito como havia participado ao Soberano Congresso das Cortes em cumprimento do juramento que prestara, espera que Vossa majestade se digne de aprovar o mencionado Batalhão Constitucional de Cassadores, e o Provimento dos oficiais (...).¹²

Para os de Minas Gerais o triunfo do novo Sistema político passava pela garantia, primeiro, da ordem na condução do processo. Mudanças no Sistema político eram vivenciadas, porém as peças responsáveis pelo funcionamento da máquina política mineira continuavam as mesmas e em plena atuação. Os homens da governança em Minas Gerais conservavam no poder

representantes ainda ligados ao Antigo Regime, como o próprio d. Manoel de Portugal e Castro. Suscitando-nos a seguinte questão: até que ponto esta mudança do Sistema político alterou, de fato, a maneira de governar e as alianças políticas na Província?

Neste sentido, percebemos que há um processo de mudança na cultura política da época com o estabelecimento de um governo constitucional, porém sem alterações bruscas na governança da Província. Mesclava-se, no âmbito político, o antigo e o novo, pois, havia a adoção de um novo Sistema político com líderes que possuíam em sua formação o legado do Antigo Regime.

Não é difícil detectar que as elites políticas mineiras, por meio da documentação da época, mostravam-se fiéis à Casa dos Braganças, no qual “o Povo da Província de Minas Geraes desde os mais remotos tempos se tem distinguido sempre pela sua fidelidade, e firme adhezão a V. Majestade, e a Augusta casa de Bragança”.¹³ Acreditavam que a volta de d. João VI para Lisboa foi um sacrifício a que se expôs o Rei pelo “Bem Geral da Nação”.¹⁴

Jurada as Bases Constitucionais pelo Rei era hora dos deputados tomarem assento na Assembleia nas Cortes Constitucionais. Propunha-se que cada província pertencente ao Império Português enviasse seus respectivos representantes. Após a eleição dos deputados com os votos das homens bons de Minas, os representantes da província se preparavam para o embarque para o continente europeu.

A delegação mineira já se encontrava no Rio de Janeiro para partir rumo à Lisboa, quando decidiram enviar uma nota ao Governo Provisório de Minas Gerais. Comunicavam o cancelamento do embarque para Lisboa, devido a indiferença no tratamento dos deputados portugueses para com os interesses “do rico e vastissimo Reino do Brasil”,¹⁵ bem como no trato desdenhoso em relação aos representantes brasileiros durante as discussões na Assembleia. Citavam, no próprio comunicado, o ocorrido na sessão realizada no dia 18 de outubro durante o discurso de um deputado português, que proferia: “que mal nos rezulta de que os Pernambucanos se degolem huns aos outros?!”¹⁶ Este foi um dos argumentos utilizados na justificativa para a decisão tomada, uma vez que, para os deputados mineiros, era inconcebível permitir tal tratamento a uma delegação como a de Pernambuco ou outra vinda da América.

Argumentavam:

Em dezembro de 1815 nos ergueo do vergonhoso estado de Colonia, a que se tenta novamente reduzir-nos; aterrados com a perspectiva da inevitável ruína da nossa patria, e obedientes ao imperioso dever, que nos impoem a Suprema Ley da salvação do Povo, tomamos a Resolução de suspender a nossa viagem (...) e na verdade qualquer outro procedimento da nossa parte seria incoherente com a explicita vontade dos Povos dessa grande Provincia de quem temos a honra de ser Representantes; pois que de mãos dadas com a de São Paulo, e esta, longe de inclinar-se a aquellas Ordens destruidoras, julgou de rigoroso dever pugnar pelos seus Direitos offendidos, e empenhar todas as suas forças para embargar a torrente de males.¹⁷

O boicote proposto às Cortes simbolizava, segundo a delegação mineira, os “mais patrióticos sentimentos para deffender-mos os direitos d'esta Provincia”.¹⁸ No mesmo comunicado aproveitavam para expor o apoio ao príncipe regente que, para estes, representava o elemento centralizador do Brasil e o maior defensor do Sistema constitucional com qualidades ímpares para lidar nos momentos delicados. A base de apoio ao príncipe regente junto aos deputados de Minas era tanta que adjetivos elogiosos não eram o bastante: “não podemos deixar de manifestar a admiração que nos merecem as eminentes qualidades, que formão a base do character do principe Regente (...) e que o tomão o ídolo dos que têm a fortuna de o conhecerem de mais perto”.¹⁹

O que se evidenciava no discurso dos deputados mineiros em relação as Cortes de Lisboa era o grande acirramento de projetos políticos defendidos sob diferentes pontos de vista para os rumos políticos a serem tomados no Império português, não faziam uma oposição ao Sistema Constitucional, mas na condução do processo. Detectava-se a discordância política e o embate no diálogo entre os polos de poder dos dois reinos componentes do Império Luso-brasileiro.

Neste momento, já se fazia perceber, também, o profundo desgaste no diálogo com Lisboa, bem como a mudança no tom dos discursos. O panorama nos primeiros meses do ano 1822 era de grandes contestações em relação aos mandos das Cortes Constitucionais e a profícua aliança estabelecida entre as elites do centro-sul do Reino do Brasil com o príncipe herdeiro, que o tinha como o único “representante digno do Brasil”.²⁰ É perceptível, também, o

estabelecimento de uma espécie de “rede política” entre as Províncias, ou seja, uma maior aproximação entre elas, principalmente as de Minas Gerais e São Paulo, no questionamento das deliberações vindas das Cortes de Lisboa.

A faísca que faltava neste turbilhão político protagonizado pelos dois lados do Atlântico foi o comunicado contido no decreto expedido em Lisboa, ordenando o regresso do príncipe regente à Europa no prazo máximo de sessenta dias e após a sua saída os políticos locais deveriam se encarregar da criação de um Governo Provisório na cidade do Rio de Janeiro. Podemos afirmar, em certa medida, que tais decisões encaminhavam para o esvaziamento de poder da capital do Reino do Brasil, medida que poderia prejudicar a representação política das demais províncias do Reino junto a Portugal.

Devido à instabilidade do contexto, os ânimos encontravam-se bastantes exaltados somados ao medo da possibilidade da eclosão de uma revolta liberal que pudesse sair do controle das elites detentoras do poder político da Província. Era eminente a necessidade de evitar qualquer movimento que pudesse tornar o contexto político mais perplexo, medidas que visavam a defesa e segurança dentro da província foram, no segundo semestre de 1822, uma das principais preocupações do Governo Provisório de Minas, a fim de evitar

efeitos terríveis por força de partidos, que se encaminhem a offender a pureza dos verdadeiros princípios Constitucionais (...) o que tudo nos constitue no rigoroso dever de tomar em consideração o estado actual desta Província, que devemos conservar em mais perfeita paz, e harmonia em os princípios da mais escrupulosa adhezão, de fidelidade as Cortes, El Rei, a Constituição, e suas Bases.

O apoio a d. João VI já não era mais irrestrito e o diálogo com as Cortes Constitucionais bastante truncado. Neste contexto o príncipe regente representava, para parte da elite política que ocupava o Governo Provisório, o maior elemento representante do governo constitucional, capaz de “manter, e promover a união de todas as Pronvicias do Brazil entre si”,²¹ como peça importante no jogo político da época, a fim de sustentar os direitos do Brasil como Reino equiparado à importância de Portugal.

A posição das elites políticas de Minas Gerais, que faziam parte do governo e compunha a delegação das Cortes, direcionava para a defesa da Monarquia Constitucional, a união das províncias sob tutela do governo central instalado no Rio de Janeiro e, ainda, fiéis ao Império português. Para os homens da governança de Minas Gerais, as propostas dos deputados portugueses nas Cortes direcionavam para a tentativa de “recolocar” o Reino do Brasil como colônia, restringindo as vantagens conquistadas especialmente com relação à abertura dos portos, que possibilitou o contato direto com o comércio internacional sem passar pelas mãos dos mercadores portugueses.

Interessante perceber como o discurso mineiro vai paulatinamente se transformando ao longo dos anos de 1820 a 1822, ou seja, do início das discussões sobre a adoção de uma Monarquia Constitucional às deliberações das Cortes Constitucionais. Quando do início do processo, defendiam os interesses relativos à Província sem uma clara dimensão da possibilidade de aglutinar interesses em comum com as demais localidades, logo, por ocasião das discussões das Cortes, iniciou-se intensa articulação com as outras elites políticas, especialmente com São Paulo, no compartilhamento de projetos políticos ambivalentes para os rumos do Reino do Brasil.²²

Importante frisar que mesmo entre os que compunham o poder político de Minas Gerais, os pensamentos não se mostravam homogêneos quanto ao contexto vivido, Vila Rica, como capital, protagonizou divisões dentro do próprio Governo Provisório e de indivíduos ligados a governança local- em relação aos projetos políticos e as suas bases de apoio político.

Grupos ligados ao governo negavam o reconhecimento do poder de d. Pedro e o seu papel de “Defensor Perpétuo do Brasil”, liderados pelo tenente-coronel José Maria Pinto Peixoto – comandante das Armas. Com o apoio do juiz de fora de Mariana, Cassiano Esperidião de Melo Matos, o capitão Carlos Martins Pena, o desembargador Manuel Ignácio Mello e o secretário do governo Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro, instauraram um governo autônomo em Vila Rica, nomeando juizes, gratificando militares, etc. Eram insubordinados às Cortes Constitucionais de Lisboa, bem como as ordens do príncipe regente advindos do Rio de Janeiro. Segundo Sousa (1972, p.300) adotavam atos não apenas autonomistas, mas ações que encaminhavam para

condutas de cunho separatista. Talvez seja uma análise um pouco extremada do historiador em relação à possibilidade de um projeto separatista posto a cabo na província mineira, porém, os conflitos na esfera política se faziam presente e a dissonância vivida em um dos principais polos político-econômicos do Reino eram encarados com bastante cautela. O receio de estabelecer em Minas Gerais um governo autônomo e, concomitantemente, o possível desenvolvimento de um movimento separatista preocupava tanto o governo provisório quanto o governo central.

Não obstante, havia um problema a ser resolvido e era necessário remediá-lo, o esvaziamento do poder dos dissidentes mineiros precisava ser feito com certa urgência e o fortalecimento dos laços políticos entre o poder central e as elites de Minas Gerais apresentava-se como elemento essencial para a manutenção política do Reino. Era preciso que alguém fosse às terras mineiras e pudesse tomar providências cabíveis para as circunstâncias enfrentadas na Província. Devido à situação, na manhã do dia 25 de março de 1822, o príncipe regente, escoltado por uma pequena comitiva e acompanhado por membros do governo provisório de Minas Gerais, parte rumo a Província mineira. Acompanham na viagem o desembargador Teixeira de Vasconcelos – vice-presidente da Junta do Governo Provisório, José de Rezende Costa – deputado por Minas Gerais na Corte Constituinte em Lisboa além de contar como conjurado nos altos da devassa de 1789 como *Inconfidente*, o padre Belchior Pinheiro de Oliveira – deputado eleito por Minas Gerais para as Cortes, e, Estevão Ribeiro Rezende – representante mineiro no Conselho de Procuradores e desembargador da Casa de Suplicação no Rio de Janeiro.

A viagem a Minas Gerais não representava uma simples expedição para o interior do Reino, a comitiva tinha um objetivo claro. O traslado do príncipe para Minas Gerais se apresentava como uma estratégia política para garantir e fortalecer a rede de poder em torno da figura do príncipe regente; como símbolo centralizador do Reino, um indivíduo acima dos que rivalizavam o poder local, um esforço maior de engrandecer a sua pessoa Real diante das disputas políticas locais.

Neste sentido, a ida às Minas demonstrava o difícil momento enfrentado revelado pelas divergências dos projetos políticos por conta das rápidas mudanças políticas, proporcionados,

primeiro pela eclosão da Revolução do Porto, ocasionando a partida de D. João VI para Portugal, a convocação das Cortes Constitucionais e adoção do Sistema Constitucional. Fatores que, de certa maneira, provocaram questionamentos e embates entre as elites políticas no Brasil.

A necessidade de fortalecer as alianças políticas em Minas, pela sua importância no jogo político no contexto, era fundamental, uma vez que desempenhava papel destacado no Reino devido, dentre outras, a intensa atividade mercantil. Com um objetivo claro de proceder como interventor político em uma atmosfera de divergências locais e, ao mesmo tempo, um esforço para agregar apoiadores políticos com o intuito de aumentar o número da rede de poder que o apoiava e sufocar possíveis novos insurgentes, d. Pedro parte rumo a Minas Gerais.

D. Pedro, ao visitar importantes fazendas, valorizava o seu dono, conseguia seu apoio, além trazer consigo novos adeptos aumentando a rede de poder em Minas. “Provavelmente, a cada parada numa fazenda, a comitiva arrematasse as relações com os proprietários que também atuavam nas câmaras e/ou eram responsáveis pelas linhas de abastecimento, formando a elite no sudeste” (SCHIAVINATTO, 1997, p.318). Cada parada em vilarejos, fazendas e estabelecimentos comerciais era um constante exercício político da comitiva do príncipe rumo a Vila Rica, com o contato direto com os poderosos locais, grandes comerciantes, negociantes, manufatureiros, integrantes do clero local, a fim de angariar apoio suficiente para combater o grupo autonomista liderado por Pinto Peixoto, sem travar qualquer conflito direto, como demonstração da habilidade política, enaltecendo o projeto que defendia a centralização política do Reino reconhecendo o Rio de Janeiro como cidade irradiadora do poder.

No dia 1º de abril o príncipe chegava a Barbacena e fora recebido sem qualquer inconveniente relacionado à sua pessoa, pelo contrário. D. Pedro foi recepcionado pelos homens da governança local e por seus apoiadores com festejos à altura do poder que simbolizava. Passados quatro dias, chegava a principal Vila da Comarca do Rio das Mortes, São João del Rei, sem maiores percalços.

Reunidos na Câmara, Antônio Paulino de Abreu - ouvidor interino da Comarca do Rio das Mortes, e Francisco Isidoro da Silva - juiz de fora de São João Del Rei, recepcionaram o príncipe regente em solenidade com os demais homens bons da Comarca com o discurso

condenando o “Governo Oposto”, ou seja, os dissidentes de Vila Rica, que, segundo a elite política local, feria, sem dúvida, os princípios das Bases da Constituição da Monarquia. Para eles o centro do Poder Executivo, em todas as Províncias, deveria ser exercido pelo príncipe regente do Reino e não por sujeitos usurpadores do poder ligados ao Governo Provisório. Referendaram o apoio irrestrito ao príncipe cumprimentando-o pela missão empreendida pelas terras mineiras, “atravessando esta riquíssima Província, afim de entender os erros, que a primeira vista se observão na instalação do Governo Provizional”.²³ Asseguraram que estavam junto de d. Pedro durante a sua passagem por Minas Gerais até que o príncipe solucionasse o problema instalado no Governo Provisório.

Sob descarga de tiros, ao som dos repiques dos sinos das Igrejas e cortejado pelos principais indivíduos do poder local, por debaixo de um pálio segurado pelos homens da Câmara Municipal, d. Pedro percorre as ruas de São João del Rei cumprimentando a todos por onde passava. Como nas procissões, os indivíduos de destaque da cidade prestigiavam a visita do príncipe, bem como reconheciam o seu poder e demonstravam apoio e adesão ao herdeiro do trono de Portugal.

Todos, em certa medida, participavam da festa de entrada de d. Pedro pelas Vilas percorridas, seja o povo como espectador e legitimador do espetáculo, ou os homens do poder ou pertencentes ao clero. A entrada do príncipe regente junto aos homens bons das localidades representava um duplo jogo de “ver e ser visto”, ou seja, a cerimônia em torno da visita do herdeiro dos braganças simbolizava uma maneira de comunicar aos demais a posição política adotada pelos homens da governança local. Ao desfilar junto do príncipe regente, os homens bons comunicavam aos demais o apoio/pacto político estabelecido entre os elementos componente da política local. As saudações e festejos elaborados pela elite para a população possuíam um caráter pedagógico, estratégia de elaboração de símbolos para o reconhecimento do poder local e divulgação da posição assumida referente ao contexto político e as alianças firmadas entre os representantes do poder. Elemento de publicização das manobras políticas da elite local conferindo legitimidade a aliança feita com o governo central no momento que prestigiava e fazia parte da festa de recebimento da figura Real. A cerimônia pública de

recebimento de D. Pedro apresentava-se como um texto a ser lido e decodificado, pois estava carregada de signos que representavam as relações políticas do contexto, uma clara demonstração do apoio dado ao governo central e a afirmação da aliança entre Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Adentrando pelas terras mineiras a comitiva chegava a Queluz, vila próxima a capital da Província, a tranquilidade da viagem deu lugar à apreensão do clima político instalado em Vila Rica. Apesar do bom recebimento dos locais, chegavam rumores desde Vila Rica que o tenente-coronel José Maria Pinto Peixoto e os seus apoiadores impediriam a entrada de d. Pedro na capital. O príncipe regente, já receoso com o recebimento em Vila Rica, comunicava com o ouvidor interino Antônio Paulino Limpo de Abreu que contatasse com os comandantes das tropas de São João del Rei no intuito de garantir a segurança se algo que pudesse quebrar a paz eclodisse.

Outras localidades de Minas enviam ofícios a Estevão de Rezende, secretário interino do Estado e integrante da comitiva, em solidariedade ao príncipe e o seu objetivo de pacificar as forças políticas contrárias na capital da Província. As tropas de Sabará, sem qualquer ordem da comitiva do príncipe, se dispuseram a integrar a força tarefa caso ocorresse algo, demonstrando o apoio político e o alinhamento à D. Pedro.²⁴ O príncipe regente chegava a Vila Rica acompanhado dos 1º, 2º e 3º regimentos de São João del Rei e de São José, fruto das alianças políticas firmadas com as elites locais da Comarca do Rio das Mortes que disponibilizaram tal efetivo caso ocorresse algo mais grave que demandasse o emprego de uma maior força.

O grupo dissidente de Vila Rica, diante do fortalecimento das redes políticas feito por d. Pedro e sua comitiva ao longo da viagem, ficaram enfraquecidos e não detinham forte base política para dar continuidade ao governo autônomo, já que os representantes das demais Comarcas da Província não legitimavam Pinto Peixoto e seu grupo – se alinhavam a política central.

Sem condições de articular-se politicamente para a tentativa de reverter a situação, o tenente-coronel recua e vai ao encontro de d. Pedro nas proximidades de Vila Rica, juntamente com os demais membros do Governo Provisório, dentre eles o desembargador Manuel Inácio

de Mello e o secretário Joaquim José Lopes; pertencentes do grupo apoiador de Peixoto, como forma de reconhecimento da derrota política perante o príncipe regente e sua base de apoio em Minas Gerais.

A submissão dos opositores era o resultado da significativa adesão das elites políticas de Minas Gerais ao projeto político da manutenção da unidade do Reino, da conservação do Reino Unido do Brasil junto ao Império português sob os cuidados da dinastia bragantina, a permanência do príncipe herdeiro no Brasil; como elemento destacado da importância do Reino dentro do Império Luso- Brasileiro, e, por fim a oposição às deliberações das Cortes Constitucionais de Lisboa para os negócios do Brasil.

Após as manobras políticas realizadas nos bastidores, era hora de comunicar a população de Vila Rica o feito de “pacificação” de Minas Gerais, o êxito do trabalho realizado pelo príncipe regente em conjunto com os homens da governança da Província. D. Pedro ao fazer sua entrada acompanhado pelos representantes do governo em conjunto com Pinto Peixoto tinha como intuito de ressaltar aos demais a importância da sua figura enquanto o representante máximo da rede de poder, o apoio do governo da Província ao governo central além da sua capacidade de articulação política. A festa de entrada de d. Pedro por Vila Rica simbolizava o triunfo da missão em Minas Gerais, um ato público de demonstração da aliança entre os homens de governança, clero, as demais elites locais, o bom desempenho alcançado no diálogo com esses sujeitos sociais, como prova da capacidade do príncipe enquanto futuro Imperador.

Em discurso destacou, como pontuou Schiavinatto (1997, p. 324), a relação constitucional como um modo de assentar o contrato social:

Briosos mineiros. Os ferros dos despotismos, começados a quebrar no dia 24 de agosto no Porto, rebentaram hoje nesta Província. Sois livres. Sois constitucionais. Univo-vos comigo e marchareis constitucionalmente: confio tudo em vós; confiai em mim. Não vos deixeis iludir por essas cabeças que só buscam a ruína de vossa Província e da nação em geral. Viva el-rei constitucional. Viva a religião. Viva a Constituição. Vivam todos os que forem honrados. Vivam os mineiros em geral.²⁵

Os objetivos iniciais da viagem foram cumpridos com bastante sucesso: resolução das discordâncias e a cooptação de alianças políticas. Cabe ressaltar que o triunfo da missão a Minas Gerais deveu-se, de certa maneira, ao apoio dos negociantes, comerciantes, manufatureiros e produtores da região da Comarca do Rio das Mortes, principalmente, São João del Rei, Barbacena e São José, importantes zonas de produção e escoamento de produtos para o Rio de Janeiro, elite fortalecida ao longo da primeira década dos oitocentos, especialmente por decorrência da crise da mineração que propiciou a diversificação econômica na Província com a incorporação e fortalecimento de novos elementos à elite mineira.

As divergências verificadas em Minas Gerais, acreditamos, não são somente um acirramento entre constitucionalistas ou não, mas uma disputa pelo poder local e os distintos projetos políticos postos em discussão a serem colocados em prática. A discordância referente aos projetos políticos das elites mineiras ganhou grande dimensão no contexto político da época, uma vez que mudanças ocorriam em um curto período de tempo e as dúvidas e incertezas ocasionadas pela Revolução Liberal, a queda do Antigo Regime, a chegada de possíveis influências dos últimos acontecimentos vividos nos territórios coloniais de Espanha e o receio de repetir tal feito no Reino do Brasil assustavam as elites de Minas Gerais.

A viagem às terras mineiras, de certa forma, teve uma importância ímpar para o processo de descolonização do Brasil. Após Minas, o príncipe seguiu viagem para o Rio de Janeiro e São Paulo acompanhado por parte dos mineiros ligados a política, dentre eles o padre Belchior- deputado e primo de José Bonifácio, homem de confiança do príncipe regente. As seguintes viagens também tiveram o intuito de cooptar as elites políticas locais dessas Províncias, uma vez que a situação política no Brasil se agravava e discursos mais exaltados se proliferavam principalmente referente às Cortes Constitucionais.

Neste sentido, os laços que mantinham a ligação entre Portugal e Brasil a cada dia se enfraqueciam. Até então não havia, nos discursos, a ideia de separação total com a Nação portuguesa, sentiam-se todos portugueses, porém residentes em localidades diferentes. As elites políticas buscavam junto as Cortes uma tentativa de diálogo pautado no reconhecimento do peso político do Brasil dentro do Império português que, segundo os políticos mineiros, era

desdenhado pelos deputados portugueses. A dificuldade de uma conciliação política entre os dois lados ficava cada vez mais distante. O agravamento das relações entre parte das elites brasileiras e os políticos portugueses, no segundo semestre de 1822, ocasionou no definitivo rompimento do Brasil com o Império português.

Importante salientar que a participação das elites de Minas Gerais foi de suma importância para esse caminho político escolhido, pois sem a base de apoio necessária para legitimar o poder do príncipe regente no Brasil as condições necessárias para a elevação do Reino para o Império do Brasil não se efetivaria. Um ponto interessante a ser destacado, o rompimento deveu-se a insustentabilidade em acatar as deliberações sugeridas pelas Cortes em Lisboa, em nenhum momento do processo foi perceptível posições contrárias à d. João VI ou ao Império português e, tampouco, a construção de um sentimento nacional em relação ao Brasil que motivasse o desencadeamento do processo de descolonização.

O projeto defendido por Minas Gerais direcionava para a manutenção de um membro da dinastia Bragança no poder e a continuidade da Monarquia Constitucional, não almejavam uma quebra da organização política estabelecida. Não havia, de certa forma, o clamor por parte dessas elites por profundas mudanças no rumo político que o Brasil deveria tomar, tanto que nos anos seguintes da “fundação” do Império, d. Pedro contou com grande apoio por parte dos políticos mineiros no governo.

Em 15 de setembro de 1822, cinco dias antes da Câmara de Vila Rica tornar público o comunicado da elevação do Império do Brasil,²⁶ foi enviado um ofício para a secretaria do Estado dos Negócios do Reino tornando do conhecimento do governo central o pedido de afastamento d. Manoel de Portugal e Castro do cargo de presidente da província de Minas Gerais, que “não podia conciliar novo comprometimento áquelle pelo qual se achava ligado a Portugal”.²⁷ Decisão que sacramentava os novos rumos tomados e a posição política adotada em Minas Gerais: a suplantação definitiva do Antigo Regime e o desligamento com o Império Português, redefinindo territórios, políticas e sociabilidades.

Referências

- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: edições Afrontamentos, 1993.
- BERBEL, Márcia Regina. A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). *Revista de Índias*, vol. LXVIII, nº 242, p. 225 – 254, 2008.
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec, 1999. 206 p.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Centro e periferia: pacto e negociação do Brasil colonial. *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, n. 6, p. 17-39, primavera 2000.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercê e Poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 02, p. 21-34, nov 2005.
- BICALHO, Maria Fernanda. Da colônia ao império: um percurso historiográfico. In.: BICALHO, Maria Fernanda; FURTADO, Júnia Ferreira; SOUZA, Laura de Mello e (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 91-106.
- BRADING, David. La elite. In.: BRADING, D. A. *Mineros y comerciantes en el México Borbónico (1763-1810)*. México, FCE, 1971.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: editora Ática, 1986.
- CALDEIRA, Jorge. O processo econômico. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; SILVA, Alberto da Costa e. *Crise colonial e independência 1808-1830*. Rio de Janeiro/Madrid: Fundación Mapfre e Editora Objetiva, 2011. p. 161-203.
- COSTA, Pedro Pereira da Silva. *D. Pedro I*. São Paulo: Editora Três, 1974.
- CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. 2007. 335 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Departamento de Pós-graduação em História, Rio de Janeiro.
- DIAS, Maria Odila. A interiorização da Metrópole (1808-1853). In.: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.283-291.

DIJK, Teun A. . El análisis crítico del discurso. *Anthropos*, n.186, p. 23-36, 1999.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In.: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003. p. 431 – 468.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Jungmann, Ruy (trad.) vol.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 307 p.

FRAGOSO, João. Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (Orgs.). *Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p.134-168.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Ed). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia* Rio de Janeiro, c. 1790 – e c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 251 p.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 400p.

FURTADO, Júnia Ferreira. Historiografia mineira: tendências e contrastes. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 11, p. 45 – 59, mar. 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira. Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para o império marítimo português no século XVIII. In.: BICALHO, Maria Fernanda; FURTADO, Júnia Ferreira; SOUZA, Laura de Mello e (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 107-130.

GOMES, Ângela Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, R; BICALHO, M. F. B. & GOUVÊA, M. F. S. (Org.). *Culturas Políticas – ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/FAPERJ, 2005, p. 21-44.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Poder político e Administração na formação do complexo Atlântico Português (1645 – 1808)*. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/GouveaMariadeFatima.pdf>>. Acesso em: 20 abril 2012.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder, justiça e soberania no império colonial português, 1750-1822. *Revista da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 97-121, mar/jun 2000.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português: 1645-1808. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. *Revista Logos*, vol. 1. n. 1, p. 41-52, 1998.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela. As redes clientelares. In: Matoso, José (Org.). *História de Portugal: o antigo regime*. , v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 385

IGLÊSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Ed.). *O Brasil monárquico: dispersão e unidade*. tomo II. v.2. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1960. p. 364-412.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (Orgs.). *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. vol.1. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p.388-437.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In.: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) formação:histórias*. São Paulo: Editora Senac, 2000. p.129-175

KICZA, John. Formación, identidad y estabilidad dentro de la élite colonial mexicana en los siglos XVI y XVII. In.: SCHRÖTER, B.; BÜSCHGES, C. (Orgs.). *Beneméritos, aristócratas y empresarios: identidades, estructuras sociales de las capas altas urbanas en América Hispánica*. Madrid: Iberoamericana, 1999.

LOCKHART, James. Organización y cambio social en la América española colonial. In: BETHELL, L. (Org.). *Historia de América latina*. Tomo IV: América Latina colonial; población, sociedad y cultura. Barcelona: Crítica, 1990.

NETO, Faustino Teatino Calvacante. *Nova História Política e considerações sobre os conceitos de Cultura Política e representações*. Disponível em: <<http://es.scribd.com/doc/56100968/NOVA-HISTORIA-POLITICA-E-CONSIDERACOES->

[SOBRE-OS-CONCEITOS-DE-CULTURA-POLITICA-E-REPRESENTACOES](#) >. Acesso em: 29 jan 2012.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira .Independência: contextos e conceitos. *Revista História Unisinos*, São Leopoldo, v. 14, n.1, p. 5-15, jan/abr 2010.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; SILVA, Alberto da Costa e (Orgs.). *Crise colonial e independência 1808-1830*. Rio de Janeiro/Madrid: Fundación Mapfre e Editora Objetiva, 2011. p. 75-114.

PAIVA, Eduardo França. Minas depois da mineração [ou o século XIX]. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial: volume I -1808-1831*. vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 271-308

PIMENTA, João Paulo G. A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura. In.: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003. p. 123-142.

RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; SILVA, Alberto da Costa e. (Org.). *Crise colonial e independência 1808-1830*. Rio de Janeiro/Madrid: Fundación Mapfre e Editora Objetiva, 2011. p. 115-159.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial: volume I -1808-1831*. vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 57-93.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. 1997. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

SILVA, Ana Rosa Cloquet. 1808 e seus impactos no processo de politização das identidades coletivas: Minas Gerais (1795-1831). *Revista de História*, São Paulo, n. 156, p. 189-224, ago/dez 2008.

SILVA, Ana Rosa Cloquet. *Minas no contexto da “acomodação: as relações de poder, as práticas políticas e a tessitura das identidades*.Disponível em:
<http://www.unicamp.br/~aulas/volume02/pdfs/minas_2.pdf> Acesso em: 01 abril 2012.

SILVA, Ana Rosa Cloquet. *Entre o lucro e a distinção. Uma aproximação ao significado de ser elite nas Minas Gerais oitocentistas*. Disponível em:

<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1808-1392008000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 jan 2012.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SOUZA, George Félix Cabral de. “Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)”. 2007. Tese (Doutorado). Universidad de Salamanca, Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea, Salamanca.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 2006. 505 p.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. 323 p.

SOUZA, Laura de Mello e. Política e Administração colonial: problemas e perspectivas. In.: BICALHO, Maria Fernanda; FURTADO, Júnia Ferreira; SOUZA, Laura de Mello e (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p.63-90.

STUMPF, Roberta Giannubilo. Nobrezas na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na capitania de Minas Gerais. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.01, p. 119-136, nov 2010.

SUANZES-CARPEGNA, Joaquín Varela. El constitucionalismo español y portugués durante la primera mitad del siglo XIX (un estudio comparado). In.: CUARTERO, Izaskun Álvarez; GÓMEZ, Julio Sánchez (Orgs.). *Visiones y revisiones de la independencia americana: la independencia de America: la constitución de Cádiz y las constituciones iberoamericanas*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2007. p. 13-52.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: edições Colibri, 2004.

Artigo recebido em 02 de maio de 2013. Aprovado em 01 de julho de 2013.

Notas

¹ Termo cunhado por István Jancsó e João Paulo Pimenta; para salientar a heterogeneidade na formação, seja cultural, social, político e econômico, brasileira. Ver em: JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In.: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) formação: histórias*. São Paulo: Editora Senac, 2000, p.129-175.

² BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Centro e periferia: pacto e negociação do Brasil colonial. *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, n. 6, p.34, primavera 2000.

³ *Ibidem*, p.34

⁴ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Jungmann, Ruy (trad.) vol.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, 307 p. A nobreza ligada à terra que se desenvolveu ao longo do período colonial foi denominada pela atual historiografia brasileira de “nobreza da terra”.

⁵ Da ocasião do traslado da família real portuguesa em suas possessões na América, em 1815 elevou-se o estatuto de colônia para Reino Unido de Portugal-Brasil e Algarves.

⁶ As sedições que ocorreram na passagem do XVIII para o XIX foram exemplos do descompasso de alguns colonos com a política metropolitana, evidenciando a desgastamento entre eles. A Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798), e a *posteriori* e a Revolução Pernambucana em 1817 se mostraram como um dos exemplo dos descontentamentos que se fazia presente nas diferentes capitanias.

⁷ Não é demasiado fazer menção a Inconfidência Mineira como um complexo reflexo desse descompasso.

⁸ A historiografia referente aos estudos das independências na latinoamérica vem desenvolvendo interessantes análises comparativas dos processos de descolonização de Portugal e Espanha. Ver: SUANZES-CARPEGNA, Joaquín Varela. El constitucionalismo español y portugués durante la primera mitad del siglo XIX (un estudio comparado). In: CUARTERO, Izaskun Álvarez; GÓMEZ, Julio Sánchez (Orgs.). *Visiones y revisiones de la independencia americana: la independencia de America: la constitución de Cádiz y las constituciones iberoamericanas*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2007, p. 13-52; PIMENTA, João Paulo G. A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura. In: JANCÓS, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003, p. 123-142; GÓMEZ, Julio Sánchez. *La Constitución de Cádiz y América*. Disponível em: <<http://campus.usal.es/~indusal/web/sites/default/files/La%20Constituci%C3%B3n%20de%20C%C3%A1diz%20y%20Am%C3%A9rica.pdf>>; BERBEL, Márcia Regina. A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). *Revista de Índias*, v. LXVIII, n. 242, p. 225– 254, 2008; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Independência: contextos e conceitos. *Revista História Unisinos, São Leopoldo*, v. 14, n.1, p. 5-15, jan/abr 2010.

⁹ Importante acrescentar que as elites que se sentiram lesadas com as deliberações e os discursos hostis foram principalmente as do centro-sul com destaque para São Paulo e Minas Gerais, as elites do Maranhão e Pará alinhavam-se às elites lisboetas pelo intenso comércio entre eles.

¹⁰ Governador de Minas Gerais (1814-1820), depois eleito como presidente da província ocupando o cargo até 1822 por ocasião da independência do Brasil. Após retorna para Portugal.

-
- ¹¹ “Sobre a Instalação do Governo Provisório” *RAPM* (9), 1904, p. 587.
- ¹² “Offício para o Soberano Congresso das Cortes” *RAPM* (9), 1904, p. 611-612.
- ¹³ “Offício para o Ministro de Estado dos Negocios Ultramarinos” *RAPM* (9), 1905, p.597.
- ¹⁴ “Offício para El Rey Constitucional” *RAPM* (9), 1904, p. 593-594.
- ¹⁵ “Ao Governo Provisório da Província” *RAPM* (2), 1897, p.
- ¹⁶ *Ibidem*.
- ¹⁷ “Ao Governo Provisório da Província” *RAPM* (2), 1897, p. 4.
- ¹⁸ *Ibidem*, p.5
- ¹⁹ *Ibidem*.
- ²⁰ “Registros de Ordens Regias no anno de 1822” *RAPM* (1), 1896, p.249.
- ²¹ “O governo provisional de São Paulo communicando ao de Minas que o Príncipe regente declara no dia 9 de Janeiro de 1822, que ficava no Brazil” *RAPM* (9), 1904, p. 873.
- ²² Sobre a atuação, projetos, articulações regionais e discursos, especialmente, de São Paulo, Pernambuco e Bahia nas Cortes de Lisboa: BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 206
- ²³ “Registro de ordens regias do anno de 1822” *RAPM* (1), 1896, p. 251.
- ²⁴ “Collecção dos officios que as Camaras, e mais Authoridades da Provincias de Minas Geraes tem dirigido a Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil: com as providências que o Mesmo Augusto Senhor foi servido dar durante a sua estada naquella Província”. *RAPM* (14), 1910, p. 349 – 373.
- ²⁵ COSTA, Pedro Pereira da Silva. op. cit., p.114. Ver também o discurso proferido pelo príncipe na ocasião de sua despedida, no qual corrobora o seu discurso liberal e evidencia a importância da sua saída do Rio de Janeiro para Minas Gerais para trabalhar no afastamento de ideias contrárias e êxito encontrado por onde passou com as demonstrações de apoio. “As convicções políticas, que ameaça esta Província fizerão huma impressão tal em Meu coração, que ama verdadeiramente o Brasil, que Me obrigarão a vir entre vós fazer-vos conhecer qual era a liberdade (sic). Raio (sic) a liberdade, conservai a. Razões políticas Me (sic) à Corte, Eu vos agradeço o bom modo que Me recebeste o muito mais terdes seguido o trilho que vos mostrei. Conheci os máos, fugi delles. Se entre vós alguns quizeram (o que EU não espero) emprehender novas coizas, que sejão contra o Systema de União Brazílica, reputai-os immediatamente terriveis inimigos, amaldiçoai-os, e a descarregar tremendo golpe, sobre monstros, que horrorisão aos mesmos monstros. Vós sois Constitucionaes e amigos do Brazil, Eu não menos, Vós amais a liberdade, Eu adoro-a. (...)” En : *RAPM* (14), 1910, p. 372-373.
- ²⁶ “Offício para a Secretaria do Estado dos Negócios do Reyno”. *RAPM* (9), 1904, p. 626
- ²⁷ “Offício para a Scretaria do Estado dos Negócios do Reyno”. *RAPM* (9), 1904, p. 627.